

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

State Grid Brazil Holding S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Diretores da
State Grid Brazil Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 6, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 13 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$21.353.934.279.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiros ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiros livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

State Grid Brazil Holding S.A.

Balanços patrimoniais
(Em reais)

	Nota	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
		Controladora	Consolidado	Controladora Reapresentado	Consolidado Reapresentado	Controladora Reapresentado	Consolidado Reapresentado
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	8	622.038.949	1.227.143.728	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907
Concessionárias e permissionárias	10	-	307.635.301	-	112.265.555	-	114.724.833
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	6.339.308	4.998.323	6.470.407	5.503.145	16.630.379	5.635.552
Impostos a recuperar	11	50.064.555	72.131.349	7.375.123	35.256.740	5.894.714	50.989.344
Ativo de Contrato	13	-	2.505.215.403	-	1.683.328.455	-	884.135.456
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12	1.203.605.697	-	693.017.517	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		465.954	29.083.316	279.461	13.069.385	202.928	18.866.533
Estoques		-	33.667.168	-	35.779.926	-	29.444.774
Dividendos a receber	14	259.289.731	91.231.747	107.004.984	83.965.360	71.246.486	44.478.855
Outros ativos circulantes		42.780	18.745.792	99.695	12.384.220	99.733	10.370.754
		<u>2.141.846.974</u>	<u>4.289.852.127</u>	<u>843.315.129</u>	<u>3.551.647.786</u>	<u>470.287.685</u>	<u>2.035.371.008</u>
Ativo não circulante							
Títulos e valores mobiliários	9	-	105.407.044	-	46.552.332	-	54.520.955
Ativo de Contrato	13	-	18.848.718.876	-	17.169.632.053	-	10.431.564.700
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12	851.139.264	851.139.264	2.036.227.677	772.739.374	701.564.286	701.564.286
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	50.159.046	50.159.046	47.344.000	47.344.000	44.249.093	44.249.093
Impostos diferidos	23	-	30.257.096	-	32.131.651	-	25.278.102
Outros ativos não circulantes		1.041.522	37.989.883	985.703	20.732.541	828.396	38.912.855
Investimentos	14	13.407.487.569	3.536.472.598	12.057.127.428	3.373.435.830	10.068.424.517	2.996.461.884
Propriedade para investimento	15	84.963.456	84.963.456	86.964.328	86.964.328	89.250.478	89.250.478
Imobilizado	16	106.888.284	132.717.708	108.868.916	132.947.747	111.282.731	129.554.102
Intangível	17	541.362	65.485.858	358.770	76.565.767	415.873	89.686.217
		<u>14.502.220.503</u>	<u>23.743.310.829</u>	<u>14.337.876.822</u>	<u>21.759.045.623</u>	<u>11.016.015.374</u>	<u>14.601.042.672</u>
Total do ativo		<u>16.644.067.477</u>	<u>28.033.162.956</u>	<u>15.181.191.951</u>	<u>25.310.693.409</u>	<u>11.486.303.059</u>	<u>16.636.413.680</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

State Grid Brazil Holding S.A.

Balancos patrimoniais
(Em reais)

	Nota	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
		Controladora	Consolidado	Controladora Reapresentado	Consolidado Reapresentado	Controladora Reapresentado	Consolidado Reapresentado
Passivo							
Passivo circulante							
Fornecedores - terceiros	18	1.300.366	178.917.364	620.377	537.758.354	158.355	440.466.510
Fornecedores - partes relacionadas	22.2	37.202.311	10.447	1.600.669	-	1.325.320	-
Empréstimos e financiamentos - terceiros	19	-	332.613.889	-	84.507.322	-	668.811.031
Empréstimos - partes relacionadas	19	7.641.362	224.992.129	8.089.180	220.325.669	14.839.525	213.058.876
Impostos e contribuições sociais	20	22.439.033	184.398.888	5.143.035	126.110.840	4.624.117	121.155.398
Taxas regulamentares	21	-	49.406.186	-	47.218.089	-	45.075.822
Dividendos propostos	25	14.912.088	14.912.088	121.875.531	121.875.531	113.280.465	113.280.465
Outros passivos circulantes		200.868	502.199.848	185.747	52.157.344	193.722	28.039.817
		83.696.028	1.487.450.839	137.514.539	1.189.953.149	134.421.504	1.629.887.919
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos - terceiros	19	-	5.654.141.752	-	5.104.038.420	-	704.475.558
Empréstimos - partes relacionadas	19	3.432.146.495	3.929.241.532	3.102.273.007	3.774.331.528	2.459.504.247	3.205.286.233
Impostos diferidos	23	11.393.894	3.735.063.023	9.882.124	3.207.189.146	8.370.354	2.096.807.130
Provisão para contingências	24	702.239	44.222.455	589.816	38.790.496	297.070	52.090.076
Outros passivos não circulantes		2.545.398	69.459.932	2.402.544	67.860.749	2.245.447	66.402.327
		3.446.788.026	13.432.128.694	3.115.147.491	12.192.210.339	2.470.417.118	6.125.061.324
Patrimônio líquido	25						
Capital social		9.787.203.751	9.787.203.751	9.787.203.751	9.787.203.751	7.636.287.097	7.636.287.097
Reserva legal		130.891.207	130.891.207	71.070.233	71.070.233	25.833.037	25.833.037
Reserva de lucros		2.438.010.019	2.438.010.019	1.312.777.491	1.312.777.491	461.865.857	461.865.857
Reserva especial de lucros a realizar		757.478.446	757.478.446	757.478.446	757.478.446	757.478.446	757.478.446
		13.113.583.423	13.113.583.423	11.928.529.921	11.928.529.921	8.881.464.437	8.881.464.437
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.644.067.477	28.033.162.956	15.181.191.951	25.310.693.409	11.486.303.059	16.636.413.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	Nota	31/12/2019		31/12/2018	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	26	8.643.528	4.269.827.437	7.058.078	8.022.293.930
Custo da operação	27	(4.940.939)	(1.932.471.379)	(6.603.550)	(5.840.541.289)
Lucro bruto		3.702.589	2.337.356.058	454.528	2.181.752.641
Despesas gerais e administrativas	28	(25.219.609)	(130.552.268)	(27.428.911)	(132.132.717)
Outras despesas / receitas operacionais líquidas	29	(292.822)	5.874.905	778.976	16.687.932
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro		(21.809.842)	2.212.678.695	(26.195.407)	2.066.307.856
Resultado financeiro	30	(177.868.123)	(796.451.286)	(493.507.732)	(1.038.187.601)
Receita financeira		989.281.202	1.012.524.104	619.824.483	800.615.753
Despesa financeira		(1.167.149.325)	(1.808.975.390)	(1.113.332.215)	(1.838.803.354)
Equivalência patrimonial	14.2	1.397.609.222	227.553.673	1.425.958.806	420.855.786
Resultado antes dos impostos		1.197.931.257	1.643.781.082	906.255.667	1.448.976.041
Imposto de renda e contribuição social	31	(1.511.770)	(447.361.595)	(1.511.770)	(544.232.144)
Lucro líquido do exercício		1.196.419.487	1.196.419.487	904.743.897	904.743.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	31/12/2019		31/12/2018	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u> <u>Reapresentado</u>	<u>Consolidado</u> <u>Reapresentado</u>
Lucro líquido do exercício	1.196.419.487	1.196.419.487	904.743.897	904.743.897
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>1.196.419.487</u>	<u>1.196.419.487</u>	<u>904.743.897</u>	<u>904.743.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Lucro líquido	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de lucros		
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	7.636.287.097	25.833.037	757.478.446	461.865.857	-	8.881.464.437
Aumento de capital conforme AGE de 15 de janeiro de 2018	1.254.631.573	-	-	-	-	1.254.631.573
Aumento de capital conforme AGE de 24 de abril de 2018	896.285.081	-	-	-	-	896.285.081
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	904.743.897	904.743.897
Constituição da reserva legal	-	45.237.196	-	-	(45.237.196)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	850.911.634	(850.911.634)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(8.595.067)	(8.595.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	9.787.203.751	71.070.233	757.478.446	1.312.777.491	-	11.928.529.921
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.196.419.487	1.196.419.487
Constituição da reserva legal	-	59.820.974	-	-	(59.820.974)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	1.125.232.528	(1.125.232.528)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(11.365.985)	(11.365.985)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.787.203.751	130.891.207	757.478.446	2.438.010.019	-	13.113.583.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora (reapresentado)	Consolidado (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	1.197.931.257	1.643.781.082	906.255.667	1.448.976.041
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial	(1.397.609.222)	(227.553.673)	(1.425.958.806)	(420.855.786)
Juros e variações monetárias dos empréstimos	122.000.798	830.606.025	424.624.998	902.364.851
Depreciação e amortização	5.198.588	7.450.717	5.120.974	7.477.328
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.267.828)	-	(3.273.410)
Provisão para contingências	112.423	5.431.959	292.747	(14.308.286)
Outros	142.854	2.105.913	(2.937.811)	2.027.282
(Aumento) redução nos ativos				
Concessionárias e permissionárias	-	(194.101.918)	-	5.732.692
Contas a receber	(37.687.926)	(5.389.376)	10.159.972	34.466.158
Ativo de contrato	-	(2.510.154.165)	-	(8.042.544.819)
Estoques	-	2.112.760	-	(6.335.155)
Impostos a recuperar	(40.476.870)	(62.272.338)	(1.480.408)	42.204.175
Adiantamentos a fornecedores	(186.493)	(16.013.931)	(76.533)	1.239.289
Outros ativos	1.095	(23.618.915)	(157.268)	16.164.620
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	36.281.634	99.352.236	737.368	75.289.444
Impostos e contribuições sociais	45.489.214	300.411.167	518.919	1.161.131.243
Impostos pagos	(2.212.562)	(121.421.126)	-	(100.240.727)
Taxas regulamentares	-	2.188.096	-	2.142.267
Outros passivos	15.123	(1.970.008)	(7.973)	9.454.928
Juros pagos	(168.882.294)	(324.255.302)	(146.690.908)	(409.049.065)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(239.882.381)	(594.578.625)	(229.599.062)	(5.287.936.930)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	307.076.093	21.550.518	394.497.394	29.895.333
Empréstimos a receber	841.868.942	-	(1.890.000.000)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.399.676)	(7.192.020)	(363.906)	(8.894.250)
Títulos e valores mobiliários	-	(58.854.712)	-	7.968.623
Aquisição de investimentos	(405.301.000)	35.700.000	(992.999.999)	(25.500.000)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	742.244.359	(8.796.214)	(2.488.866.511)	3.469.706
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	-	2.150.916.654	2.150.916.654
Empréstimos captados	3.341.960.956	4.389.169.345	723.320.817	7.542.883.237
Empréstimos pagos	(3.133.022.498)	(4.010.416.349)	(502.917.401)	(3.715.962.574)
Dividendos pagos	(118.329.429)	(118.329.429)	-	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	90.609.029	260.423.567	2.371.320.070	5.977.837.317
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	592.971.007	(342.951.272)	(347.145.503)	693.370.093
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	622.038.949	1.227.143.728	29.067.942	1.570.095.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

1. Informações gerais

A State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “Companhia”), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas notas explicativas 3 e 4.

A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,00001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020.

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

2.3. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais:

Razão social	% de participação		Data de aquisição
	2019	2018	
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE")	100	100	15/12/2010
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM")	100	100	15/12/2010
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE")	100	100	15/12/2010
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE")	100	100	15/12/2010
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE")	100	100	15/12/2010
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE")	100	100	15/12/2010
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE")	100	100	15/12/2010
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara")	100	100	14/12/2012
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê")	100	100	14/12/2012
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE")	100	100	14/12/2012
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim")	100	100	14/12/2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema")	100	100	14/12/2012
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE")	100	100	18/11/2013
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE")	100	100	01/07/2015
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("LTMC")	100	100	01/07/2015
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE")	100	100	07/08/2015
Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE")	100	100	27/04/2016
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE")	100	100	27/04/2016
State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE")	100	100	03/12/2018

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

As controladas têm por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, tem a atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O período de concessão, características operacionais e a Receita Anual Permitida (RAP) são definidas pelo contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia de cada concessionária. Apresentamos a seguir os dados sobre os contratos de concessão das concessionárias:

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

Companhia	Contrato de concessão	Encerramento da concessão	RAP histórica - R\$	Atualização anual RAP	RAP ciclo 2019/2020 - R\$ (i)	RAP ciclo 2018/2019 - R\$ (ii)
ETEE	096/2000	Dezembro de 2030	52.000.000	IGP-M	112.567.437	104.574.880
ETIM (v)	086/2002	Dezembro de 2032	26.250.000	IGP-M	45.488.115	83.225.219
ITE	001/2005	Março de 2035	98.747.358	IGP-M	264.563.916	242.383.097
RPTE	003/2007	Abril de 2037	18.499.800	IPCA	38.529.128	32.702.584
PCTE	002/2007	Abril de 2037	23.430.000	IPCA	42.862.113	40.954.353
SMTE	003/2006	Abril de 2036	66.900.000	IPCA	146.288.187	139.777.012
SPTE	007/2007	Junho de 2037	17.000.000	IPCA	46.455.688	44.387.981
Araraquara	014/2009	Fevereiro de 2039	15.463.152	IPCA	24.182.178	26.351.413
Catxerê	011/2009	Fevereiro de 2039	35.447.808	IPCA	63.912.117	66.564.259
PPTE	009/2005	Março de 2035	43.711.286	IGP-M	111.297.068	103.394.710
Itatim	007/2009	Abril de 2039	48.550.000	IPCA	70.182.456	73.510.407
Iracema	002/2008	Março de 2038	13.756.800	IPCA	23.353.692	22.314.237
MRTE	010/2014	Janeiro de 2044	11.599.380	IPCA	16.214.806	15.545.884
ACTE	016/2010	Dezembro de 2040	6.420.440	IPCA	12.490.922	11.397.022
LTM	003/2010	Julho de 2040	20.916.000	IPCA	41.142.733	39.311.501
XRTE	007/2015	Outubro de 2045	988.030.985	IPCA	1.232.630.799	(iii)
CNTE	016/2016	Agosto de 2046	58.212.631	IPCA	67.548.324	64.541.800
PRTE	010/2016	Agosto de 2046	334.568.197	IPCA	388.223.668	(iv)

- (i) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 foi aprovada em 25 de junho de 2019 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 - ANEEL.
- (ii) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 foi aprovada em 26 de junho de 2018 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 - ANEEL.
- (iii) A XRTE não possuía RAP para os ciclos 2018/2019, pois encontrava-se em fase pré-operacional. Ela entrou em operação em 14 de outubro de 2019, fazendo jus à RAP proporcional do ciclo 2019/2020, conforme Resolução Homologatória nº 2.565/2019 – ANEEL, anexo IV, aprovada em 25 de junho de 2019.
- (iv) A PRTE não possuía RAP para os ciclos 2018/2019, pois encontrava-se em fase pré-operacional. Ela entrou em operação em 13 de janeiro de 2019, fazendo jus à RAP proporcional do ciclo 2019/2020, conforme Resolução Homologatória nº 2.565/2019 - ANEEL, aprovada em 25 de junho de 2019.
- (v) O contrato de concessão 086/2002 da ETIM, na sexta cláusula, décima segunda subcláusula, informa que a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida da Transmissora será reduzida.

4. Controladas em conjunto

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a SGBH não exerce o controle individualmente, o controle operacional e financeiro é compartilhado com os demais acionistas das mesmas. Assim, mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida as controladas em conjunto. Esses investimentos são registrados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que tem como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da SGBH.

Razão social	% participação	
	2019	2018
Luziânia Niquelandia Transmissora S.A. ("Luziânia") (i)	51	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba") (ii)	51	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") (iii)	51	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba") (iv)	51	51
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") (v)	51	51

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

- (i) Em 29 de setembro de 2011 a Luziânia foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2011 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%.

O Lote H está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015.

- (ii) A Matrinchã foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela (ANEEL) em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Todos os trechos da Companhia já estão em operação, tendo sido os Lotes A2 e A3 os últimos a entrar em operação em 29 de julho de 2016.

- (iii) A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Durante o exercício de 2016 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09 de dezembro de 2016.

- (iv) Em 21 de dezembro de 2012 a Paranaíba foi constituída a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do lote G do Leilão de Transmissão 07/2012, realizado pela ANEEL em 19 de dezembro de 2012 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5% e Copel Geração e Transmissão S.A. - que tem participação de 24,5%. A RAP anual foi determinada em R\$100.263.550, valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA.

A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação da linha de transmissão Luziânia - Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação da linha de transmissão Rio das Éguas - Luziânia. O trecho Barreiras II - Rio das Éguas teve sua implantação concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto.

- (v) Em 20 de março de 2014 a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do lote AB do Leilão de Transmissão 011/2013, realizado pela ANEEL em 07 de fevereiro de 2014 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), que tem participação de 24,5% e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), que tem participação de 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB. Os investimentos totais estão estimados em aproximadamente R\$5 bilhões com uma RAP anual de R\$434 milhões.

O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contados a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém, o Projeto entrou em operação comercial em dezembro/2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

5. Resumo das práticas contábeis

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

5.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

5.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

5.5. Investimentos em controladas e controladas em conjunto

O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

5.6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

5.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, servidões, e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia.

5.8. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.9. Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

5.10. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6% e 1,65%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Para as controladas, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, LTI, Catxerê e ACTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido.

Na tributação sobre o lucro presumido, o imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$60.000 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

5.11. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

5.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

5.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.15. Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

d) Receita de aluguel - A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização.

5.16. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.17. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6. Reapresentação dos saldos comparativos

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro”, procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Balança Patrimonial	Ref	31/12/2018			31/12/2018		
		Original	Controladora Ajustes	Ajustado	Original	Consolidado Ajustes	Ajustado
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		29.067.942	-	29.067.942	1.570.095.000	-	1.570.095.000
Concessões onárias e permissórias		-	-	-	112.265.555	-	112.265.555
Impostos a recuperar	(ii)	7.375.123	-	7.375.123	31.367.618	3.889.122	35.256.740
Ativo de Contrato	(i)	-	-	-	1.373.942.871	309.385.584	1.683.328.455
Empréstimos a receber - partes relacionadas		693.017.517	-	693.017.517	-	-	-
Dividendos a receber	(iii)	103.813.141	3.191.843	107.004.984	83.965.360	-	83.965.360
Demais ativos circulantes não impactados		6.849.563	-	6.849.563	66.736.676	-	66.736.676
		<u>840.123.286</u>	<u>3.191.843</u>	<u>843.315.129</u>	<u>3.238.373.080</u>	<u>313.274.706</u>	<u>3.551.647.786</u>
Ativo não circulante							
Ativo de Contrato	(i)	-	-	-	15.572.845.014	1.596.787.039	17.169.632.053
Empréstimos a receber - partes relacionadas		2.036.227.677	-	2.036.227.677	772.739.374	-	772.739.374
Impostos diferidos	(ii)	-	-	-	-	32.131.651	32.131.651
Investimentos	(iii)	10.765.234.201	1.291.893.227	12.057.127.428	3.373.435.830	-	3.373.435.830
Demais ativos não circulantes não impactados		244.521.717	-	244.521.717	411.106.715	-	411.106.715
		<u>13.045.983.595</u>	<u>1.291.893.227</u>	<u>14.337.876.822</u>	<u>20.130.126.933</u>	<u>1.628.918.690</u>	<u>21.759.045.623</u>
Total do ativo		<u>13.886.106.881</u>	<u>1.295.085.070</u>	<u>15.181.191.951</u>	<u>23.368.500.013</u>	<u>1.942.193.396</u>	<u>25.310.693.409</u>

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

Ref	31/12/2018			31/12/2018		
	Original	Controladora Ajustes	Ajustado	Original	Consolidado Ajustes	Ajustado
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores - terceiros	620.377	-	620.377	537.758.354	-	537.758.354
Empréstimos - partes relacionadas	8.089.180	-	8.089.180	220.325.669	-	220.325.669
Impostos e contribuições sociais	5.143.035	-	5.143.035	90.276.017	35.834.823	126.110.840
Dividendos propostos	118.329.428	3.546.103	121.875.531	118.329.428	3.546.103	121.875.531
Demais passivos circulantes não impactados	1.786.416	-	1.786.416	183.882.755	-	183.882.755
	<u>133.968.436</u>	<u>3.546.103</u>	<u>137.514.539</u>	<u>1.150.572.223</u>	<u>39.380.926</u>	<u>1.189.953.149</u>
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos - terceiros	-	-	-	5.104.038.420	-	5.104.038.420
Empréstimos - partes relacionadas	3.102.273.007	-	3.102.273.007	3.774.331.528	-	3.774.331.528
Impostos diferidos	9.882.124	-	9.882.124	2.595.915.643	611.273.503	3.207.189.146
Demais passivos não circulantes não impactados	2.992.360	-	2.992.360	106.651.245	-	106.651.245
	<u>3.115.147.491</u>	<u>-</u>	<u>3.115.147.491</u>	<u>11.580.936.836</u>	<u>611.273.503</u>	<u>12.192.210.339</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	9.787.203.751	-	9.787.203.751	9.787.203.751	-	9.787.203.751
Reserva legal	52.406.532	18.663.701	71.070.233	52.406.532	18.663.701	71.070.233
Reserva de lucros	797.380.671	515.396.820	1.312.777.491	797.380.671	515.396.820	1.312.777.491
Reserva especial de lucros a realizar	-	757.478.446	757.478.446	-	757.478.446	757.478.446
	<u>10.636.990.954</u>	<u>1.291.538.967</u>	<u>11.928.529.921</u>	<u>10.636.990.954</u>	<u>1.291.538.967</u>	<u>11.928.529.921</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	13.886.106.881	1.295.085.070	15.181.191.951	23.368.500.013	1.942.193.396	25.310.693.409

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

Demonstração do resultado	Ref	31/12/2018			31/12/2018		
		Controladora			Consolidado		
		Original	Ajustes	Ajustado	Original	Ajustes	Ajustado
Receita operacional líquida	(i)	7.058.078	-	7.058.078	7.969.981.778	52.312.152	8.022.293.930
Equivalência patrimonial	(iii)	1.052.684.799	373.274.007	1.425.958.806	420.855.786	-	420.855.786
Outros		(526.761.217)	-	(526.761.217)	(6.994.173.675)	-	(6.994.173.675)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(1.511.770)	-	(1.511.770)	(865.193.999)	320.961.855	(544.232.144)
Lucro líquido do exercício		531.469.890	373.274.007	904.743.897	531.469.890	373.274.007	904.743.897

Demonstração do resultado abrangente	Ref	31/12/2018			31/12/2018		
		Controladora			Consolidado		
		Original	Ajustes	Ajustado	Original	Ajustes	Ajustado
Lucro líquido do exercício	(i) (ii) e (iii)	531.469.890	373.274.007	904.743.897	531.469.890	373.274.007	904.743.897
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes		531.469.890	373.274.007	904.743.897	531.469.890	373.274.007	904.743.897

Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2018			31/12/2018		
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajustes	Ajustado	Original	Ajustes	Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes dos impostos	532.981.660	373.274.007	906.255.667	1.396.663.889	52.312.152	1.448.976.041
Itens de resultado que não afetam o caixa (Aumento) redução nos ativos	(625.583.891)	(373.274.007)	(998.857.898)	237.592.016	235.839.963	473.431.979
Aumento (redução) nos passivos	8.445.763	-	8.445.763	(7.396.367.766)	(552.705.274)	(7.949.073.040)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(229.599.062)	-	(229.599.062)	(5.287.936.930)	-	(5.287.936.930)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(2.488.866.511)	-	(2.488.866.511)	3.469.706	-	3.469.706
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	2.371.320.070	-	2.371.320.070	5.977.837.317	-	5.977.837.317
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(347.145.503)	-	(347.145.503)	693.370.093	-	693.370.093

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

A seguir o impacto da transição para o CPC 47 no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2018:

Balanço Patrimonial	Ref	01/01/2018			01/01/2018		
		Controladora			Consolidado		
		Original	Ajustes	Ajustado	Original	Ajustes	Ajustado
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		376.213.445	-	376.213.445	876.724.907	-	876.724.907
Ativo de Contrato	(i)	-	-	-	889.407.003	(5.271.547)	884.135.456
Dividendos a receber		71.246.486	-	71.246.486	44.478.855	-	44.478.855
Demais ativos circulantes não impactados		<u>22.827.754</u>	-	<u>22.827.754</u>	<u>230.031.790</u>	-	<u>230.031.790</u>
		470.287.685	-	470.287.685	2.040.642.555	(5.271.547)	2.035.371.008
Ativo não circulante							
Ativo de Contrato	(i)	-	-	-	8.093.221.532	2.338.343.168	10.431.564.700
Impostos diferidos	(ii)	-	-	-	-	25.278.102	25.278.102
Investimentos	(iii)	9.310.946.071	757.478.446	10.068.424.517	3.239.010.840	(242.548.956)	2.996.461.884
Intangível	(i) e (ii)	415.873	-	415.873	146.437.680	(56.751.463)	89.686.217
Demais ativos não circulantes não impactados		<u>947.174.984</u>	-	<u>947.174.984</u>	<u>1.058.051.769</u>	-	<u>1.058.051.769</u>
		10.258.536.928	757.478.446	11.016.015.374	12.536.721.821	2.064.320.851	14.601.042.672
Total do ativo		<u>10.728.824.613</u>	<u>757.478.446</u>	<u>11.486.303.059</u>	<u>14.577.364.376</u>	<u>2.059.049.304</u>	<u>16.636.413.680</u>

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Ref	01/01/2018			01/01/2018		
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajustes	Ajustado	Original	Ajustes	Ajustado
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores						
- terceiros	158.355	-	158.355	440.466.510	-	440.466.510
Empréstimos e financiamentos - terceiros	-	-	-	668.811.031	-	668.811.031
Empréstimos - partes relacionadas	14.839.525	-	14.839.525	213.058.876	-	213.058.876
Dividendos propostos	113.280.465	-	113.280.465	113.280.465	-	113.280.465
Demais passivos circulantes não impactados	6.143.159	-	6.143.159	194.271.037	-	194.271.037
	<u>134.421.504</u>	-	<u>134.421.504</u>	<u>1.629.887.919</u>	-	<u>1.629.887.919</u>
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos - terceiros	-	-	-	704.475.558	-	704.475.558
Empréstimos - partes relacionadas	2.459.504.247	-	2.459.504.247	3.205.286.233	-	3.205.286.233
Impostos diferidos (ii)	8.370.354	-	8.370.354	795.236.272	1.301.570.858	2.096.807.130
Demais passivos não circulantes não impactados	2.542.517	-	2.542.517	118.492.403	-	118.492.403
	<u>2.470.417.118</u>	-	<u>2.470.417.118</u>	<u>4.823.490.466</u>	<u>1.301.570.858</u>	<u>6.125.061.324</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	7.636.287.097	-	7.636.287.097	7.636.287.097	-	7.636.287.097
Reserva legal	25.833.037	-	25.833.037	25.833.037	-	25.833.037
Reserva de lucros	461.865.857	-	461.865.857	461.865.857	-	461.865.857
Reserva especial de lucros a realizar (i) e (ii)	-	757.478.446	757.478.446	-	757.478.446	757.478.446
	<u>8.123.985.991</u>	<u>757.478.446</u>	<u>8.881.464.437</u>	<u>8.123.985.991</u>	<u>757.478.446</u>	<u>8.881.464.437</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>10.728.824.613</u>	<u>757.478.446</u>	<u>11.486.303.059</u>	<u>14.577.364.376</u>	<u>2.059.049.304</u>	<u>16.636.413.680</u>

- (i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4
- (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente ao recálculo do IFRIC 12
- (iii) Impacto nos investimentos e dividendos sobre a adoção do ativo contratual feito nas controladas em conjunto

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

7. Normas e interpretações novas e revisadas

7.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2), Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma é descrita a seguir.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil - o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando abordagem retrospectivo modificado e optou por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. A companhia analisou os contratos existentes e concluiu que não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras intermediárias com a adoção do CPC 06 (R2).

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro - A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. Considerando que o Grupo atua em um ambiente multinacional complexo, avaliou se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Após a adoção da Interpretação, o Grupo considerou se possui posições fiscais incertas, particularmente as relacionadas a preços de transferência. As declarações tributárias da Companhia e das controladas em diferentes jurisdições incluem deduções relacionadas a preços de transferência e as autoridades fiscais podem questionar esses tratamentos fiscais. A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária e de preços de transferência, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa.

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados pagamentos de principal e instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Melhorias anuais - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto

Uma entidade que participe, mas não possua o controle conjunto de uma operação conjunta, poderá obter o controle conjunto da operação conjunta cuja atividade constitua um negócio, conforme definição do CPC 15 (R1). As alterações esclarecem que as participações anteriormente detidas nesta operação conjunta não são remensuradas.

A entidade aplica essas alterações às operações cujo controle tenha sido obtido a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que não houve transação em que tivesse sido obtido controle conjunto

7.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “ omissão de material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “ a informação é material se sua omissão , distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	6.013	24.272	8.209	13.711	47.885	54.688
Bancos	9.957.015	47.014.386	4.076.810	59.285.997	3.556.822	23.237.250
Aplicações financeiras	612.075.921	1.180.105.070	24.982.923	1.510.795.292	372.608.738	853.432.969
	622.038.949	1.227.143.728	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

9. Títulos e valores mobiliários

Conta reserva	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Araraquara	-	3.396.149	3.531.848
Catxerê	-	6.492.396	6.492.396
LTMC	3.558.119	3.942.696	4.347.392
ACTE	-	1.328.491	1.437.559
Itatim	-	21.422.355	20.811.088
PSTE	-	-	7.930.426
Iracema	-	6.874.734	6.874.734
MRTE	-	3.095.511	3.095.512
XRTE	71.346.218	-	-
CNTE	5.011.964	-	-
PRTE	25.490.743	-	-
	105.407.044	46.552.332	54.520.955

Saldo apresentado como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 18). A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

Araraquara, ACTE, Catxerê, LTMC

Para a Araraquara, ACTE, Catxerê e LTMC, durante todo o prazo do contrato, as Companhias devem manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

No entanto, as empresas Araraquara, ACTE e Catxerê liquidaram o valor integral de suas dívidas com o BNDES em dezembro de 2019. Dessa forma, não há necessidade das contas reservas serem mantidas. Somente LTMC permanece com a dívida e, conseqüentemente, com a obrigação de manter a conta reserva.

Itatim

Durante todo o prazo do contrato, a Itatim deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

No entanto, Itatim liquidou o valor integral de sua dívida com o BNDES em dezembro de 2019. Dessa forma, não há necessidade da conta reserva ser mantida.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

Iracema

Durante todo o prazo do contrato, a Iracema deve manter em favor da CEF uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente.

No entanto, Iracema liquidou o valor integral de sua dívida com a CEF em dezembro de 2019. Dessa forma, não há necessidade da conta reserva ser mantida.

MRTE

Durante todo o prazo do contrato, caso a MRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a MRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de dobrar a conta reserva pois o índice de cobertura da dívida foi inferior a 1,2 mantendo seis vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato.

No entanto, MRTE liquidou o valor integral de sua dívida com o BNDES em dezembro de 2019. Dessa forma, não há necessidade da conta reserva ser mantida.

XRTE

A XRTE realizou o primeiro desembolso de dívida do BNDES em 21 de dezembro de 2018. A partir do início do efetivo recebimento de receita até o final do contrato, a XRTE deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

CNTE

A CNTE realizou o primeiro desembolso de dívida do BNDES em 26 de dezembro de 2018. A partir do início do efetivo recebimento de receita até o final do contrato, a CNTE deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

PRTE

A PRTE realizou o primeiro desembolso de dívida do BNDES em dezembro de 2018. A partir do início do efetivo recebimento de receita até o final do contrato, a PRTE deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

10. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	01/01/2018
A vencer	280.687.443	102.145.399	100.037.498
Vencidas até 30 dias	5.618.162	1.256.088	1.050.625
Vencidas até 60 dias	651.790	197.780	76.469
Vencidas até 90 dias	788.431	101.483	38.591
Vencidas há mais de 90 dias	22.705.650	12.648.808	20.879.063
	310.451.476	116.349.558	122.082.246
(PCLD)	(2.816.175)	(4.084.003)	(7.357.413)
	307.635.301	112.265.555	114.724.833

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. De acordo com as normas do agente regulador para as empresas controladas, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(4.084.003)	(7.357.413)	(5.054.785)
Reversão	1.267.828	3.273.410	-
Adição	-	-	(2.302.628)
Saldo em 31 de dezembro	(2.816.175)	(4.084.003)	(7.357.413)

11. Impostos a recuperar

	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado (reapresentado)	Controladora	Consolidado
Circulante						
PIS	118.587	584.938	144.514	271.379	32.288	113.599
COFINS	87.311	2.202.472	412.263	901.954	17.689	407.525
IRPJ	49.088.212	43.915.356	6.659.710	16.935.426	1.654.636	20.327.526
IR aplicações financeiras	-	11.913.931	47.651	8.127.307	3.638.952	8.659.744
CSLL	767.740	8.401.491	80.234	6.711.766	518.576	12.568.253
Outros	2.705	5.113.161	30.751	2.308.908	32.573	8.912.697
	50.064.555	72.131.349	7.375.123	35.256.740	5.894.714	50.989.344

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

12. Empréstimos a receber (Controladora)

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Eletronorte (i)	Jul/15	jan/27	Eletrobrás	10% a.a.	425.567.657	386.367.895	350.782.143
Furnas (ii)	Jul/15	jan/27	Eletrobrás	10% a.a.	425.571.606	386.371.479	350.782.143
Empréstimo PRTE (iii)	mar/18	dez/19	N/A	108% CDI	-	577.471.882	-
Empréstimo CNTE (iv)	dez/17	jan/19	N/A	108% CDI	-	115.545.635	-
XRTE (v)	jul/18	abr/20	N/A	108% CDI	1.203.605.698	1.263.488.303	-
					2.054.744.961	2.729.245.194	701.564.286
Circulante					1.203.605.697	693.017.517	-
Não circulante					851.139.264	2.036.227.677	701.564.286

(i) Eletronorte

O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Eletronorte no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$158.872.000 em 2016 e R\$135.828.000 em 2015.

(ii) Furnas

O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Furnas no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$158.872.000 em 2016 e R\$135.828.000 em 2015.

Os Juros dos referidos empréstimos serão calculados pro rata tempore, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados pro rata tempore, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação até o dia 27 de janeiro de 2020 e pagos juntamente com o principal durante a fase de amortização. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 28 de janeiro de 2020.

(iii) PRTE

Em 28 de fevereiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº468 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis, da Espécie Quirografária, em duas Fases entre a controlada Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“PRTE”) e a State Grid Brazil Holding (“SGBH”) no valor de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série no valor de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento.

Sobre o montante, incidirão juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano.

O valor desembolsado pela PRTE foi integralmente pago em 2019.

(iv) CNTE

Em 8 de janeiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº27 publicado no D.O. de 09 de janeiro de 2018 seção 1, p. 26, v. 155, n. 6 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, o Contrato de Mútuo entre a controlada Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE”) e a State Grid Brazil Holding (“SGBH”) no valor de R\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento.

Sobre o montante, incidirão juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

O valor desembolsado pela CNTE foi integralmente pago em 2019..

(v) XRTE

Em 13 de julho de 2018, em assembleia geral extraordinária, a controlada Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE"), deliberou as condições de sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 440.000 (quatrocentos e quarenta mil) debêntures, no valor de R\$ 440.000.000 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 16 de julho de 2018.

Em 31 de julho de 2018, foram deliberadas as condições de sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 790.000 (setecentos e noventa mil) debêntures, no valor de R\$ 790.000.000,00 (setecentos e noventa milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu em 02 de agosto de 2018 no valor de R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), 27 de agosto de 2018 no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e 03 de setembro de 2018 no valor de 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais). As destinações dos recursos tiveram como finalidade Investimentos, contratação de serviços e liquidação/amortização de dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão descritas no Contrato de Concessão nº 07/2015-ANEEL. Estas operações foram aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através do Despacho nº 1465, datado de 03 de julho de 2018.

Em Janeiro de 2019, a XRTE pagou parcialmente seu empréstimo, amortizando R\$130 milhões da dívida total.

13. Ativo de contrato

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)	<u>01/01/2018</u> (reapresentado)
Circulante	2.505.215.403	1.683.328.455	884.135.456
Não circulante	18.848.718.876	17.169.632.053	10.431.564.700
	<u>21.353.934.279</u>	<u>18.852.960.508</u>	<u>11.315.700.156</u>

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas da Companhia (Operadoras) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

PPTTE	442.099.857	99.242.628	342.857.229	77.451.747	32.921.153
Itatim	577.569.424	250.568.648	327.000.776	63.271.760	29.760.080
Iracema	328.205.643	143.226.588	184.979.055	42.755.159	14.514.440
Catxerê	596.993.065	181.880.898	415.112.167	67.084.012	32.577.949
Araraquara	271.068.860	105.555.736	165.513.124	22.810.829	8.741.579
MRTE	156.994.308	81.405.346	75.588.962	20.973.237	8.846.636
XRTE	10.123.334.640	6.901.481.932	3.221.852.708	5.442.951.241	258.143.890
ACTE	100.125.045	32.615.520	67.509.525	15.945.026	1.197.066
LTMC	397.612.948	182.743.543	214.869.405	58.740.912	15.697.239
CNTE	731.307.132	416.361.214	314.945.919	241.382.368	84.209.580
PRTE	3.779.546.521	2.042.808.992	1.736.737.529	1.410.727.716	420.826.591
Controladas em conjunto					
Luziânia	105.919.724	34.472.458	71.447.266	24.241.339	10.653.888
Matrinchã	2.727.445.110	1.030.164.270	1.697.280.840	353.880.905	78.459.400
Guaraciaba	1.527.948.609	680.924.319	847.024.291	177.258.846	37.192.229
Paranaíba	1.950.448.213	1.197.965.844	752.482.369	291.132.230	51.139.341
Belo Monte	7.110.985.340	3.864.640.047	3.246.345.293	1.352.544.716	647.395.345

14.2 Movimentação dos investimentos

	Movimentação				
	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos e JCP	Saldo em 31/12/2019
Controladas					
ETEE	579.887.349	75.867.514	-	(52.996.847)	602.758.016
ETIM	268.042.070	30.770.259	-	(52.886.597)	245.925.732
ITE	551.374.866	95.410.417	-	(92.248.020)	554.537.263
RPTE	34.182.295	(716.299)	15.000.000	-	48.465.996
PCTE	(101.823.976)	(13.378.607)	25.000.000	-	(90.202.583)
SMTE	(33.835.230)	41.429.452	-	(13.858.595)	(6.264.373)
SPTE	275.453.441	15.821.032	-	(1.209.191)	290.065.282
PPTTE	386.301.619	47.479.938	-	(98.478.468)	335.303.089
Itatim	327.000.776	31.549.765	150.000.000	(10.299.723)	498.250.818
Iracema	184.979.053	6.168.335	65.000.000	-	256.147.388
Catxere	415.112.167	40.476.950	93.000.000	(384.531)	548.204.586
Araraquara	165.513.126	5.775.602	30.000.000	(38.927)	201.249.801
MRTE	75.588.959	16.743.673	37.000.000	(82.789)	129.249.843
XRTE	3.221.852.705	388.265.304	-	(3.688.520)	3.606.429.489
ACTE	67.509.525	7.318.968	20.000.000	-	94.828.493
LTMC	214.869.404	19.502.739	65.000.000	(136.297)	299.235.846
CNTE	314.945.921	48.637.109	(60.000.000)	(15.330.028)	288.253.002
PRTE	1.736.737.529	313.250.271	-	(82.094.640)	1.967.893.160
SGSE	-	(316.873)	1.001.000	-	684.127
Controladas em conjunto					
Luziânia	36.438.106	6.453.145	-	(5.102.466)	37.788.785
Matrinchã	865.613.228	51.790.625	-	(10.743.915)	906.659.938
Guaraciaba	431.982.388	16.984.907	(35.700.000)	(4.033.917)	409.233.378
Paranaíba	383.766.008	26.218.666	-	(6.215.496)	403.769.178
Belo Monte	1.655.636.099	126.106.330	-	(2.721.114)	1.779.021.315
	12.057.127.428	1.397.609.222	405.301.000	(452.550.081)	13.407.487.569

	Movimentação				
	Saldo em 01/01/2018	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos	Saldo em 31/12/2018
Controladas					
ETEE	693.768.415	54.551.235	-	(168.432.301)	579.887.349
ETIM	280.410.609	27.910.567	(0)	(40.279.106)	268.042.070
ITE	507.747.264	60.451.895	28.750.000	(45.574.293)	551.374.866
RPTE	34.578.831	(13.396.536)	12.999.999	-	34.182.294
PCTE	(69.252.511)	(32.571.465)	-	-	(101.823.976)
SMTE	30.820.928	(4.270.396)	-	(60.385.762)	(33.835.230)
SPTE	270.509.342	4.991.519	-	(47.419)	275.453.442
PPTTE	361.693.217	32.921.153	20.000.000	(28.312.751)	386.301.619
Itatim	297.523.418	29.760.078	-	(282.721)	327.000.775
Iracema	154.064.614	14.514.439	16.400.000	-	184.979.053
Catxere	392.843.709	32.577.949	-	(10.309.491)	415.112.167
Araraquara	156.771.546	8.741.580	-	-	165.513.126

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

MRTE	61.742.326	8.846.633	5.000.000	-	75.588.959
XRTE	2.240.611.184	258.143.887	725.550.000	(2.452.365)	3.221.852.706
ACTE	54.512.459	1.197.065	11.800.000	-	67.509.524
LTMC	190.172.165	15.697.240	8.999.999	-	214.869.404
CNTE	231.536.330	84.209.582	-	(799.991)	314.945.921
PRTE	1.181.908.789	420.826.593	138.000.000	(3.997.853)	1.736.737.529
Controladas em conjunto					
Luziânia	33.514.574	5.433.484	-	(2.509.952)	36.438.106
Matrinchã	849.285.210	40.014.294	-	(23.686.276)	865.613.228
Guaraciaba	423.792.438	19.155.320	-	(10.965.369)	431.982.389
Paranaíba	363.879.197	26.081.064	-	(6.194.253)	383.766.008
Belo Monte	1.325.990.463	330.171.626	25.500.000	(26.025.990)	1.655.636.099
	10.068.424.517	1.425.958.806	992.999.998	(430.255.893)	12.057.127.428

14.3 Ágio sobre aquisição de investimentos

Na aquisição das controladas ETIM, ETEE, PCTE, ITE, RPTE, SPTE, SMTE e PPTE os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) (IFRS 3R) em processos de combinação de negócios (“*Business Combinations*”). Desta forma a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo na data do balanço foi inteiramente alocado como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível.

15. Propriedade para investimento (Consolidado)

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições/(baixas)</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo	100.043.609	-	-	100.043.609
(-) Depreciação	(13.079.281)	-	(2.000.872)	(15.080.153)
	86.964.328	-	(2.000.872)	84.963.456
	01/01/2018	Adições/(baixas)	Depreciação	31/12/2018
Custo	100.097.546	(53.937)	-	100.043.609
(-) Depreciação	(10.847.068)	-	(2.232.213)	(13.079.281)
	89.250.478	(53.937)	(2.232.213)	86.964.328

A Administração mantém parte do imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas, número 955 - Rio de Janeiro/RJ classificado como propriedade para investimento visto que cerca de 36% da área do imóvel estão destinadas para aluguel, e 64% de uso próprio em 31 de dezembro de 2019.

Os montantes de propriedades para investimento estão mantidos a custo histórico, deduzidos de depreciação e redução a valor recuperável, quando aplicável. O imóvel vem sendo depreciado a taxa de 2% ao ano, tendo como base laudo de avaliação de vida útil.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

Para atendimento ao CPC 28 - Propriedade para investimento, a Administração efetuou a avaliação ao valor justo do imóvel em conformidade com o CPC 46 - Valor Justo. Segue principais aspectos do imóvel:

- Em 2017, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 12.971/m². Considerando o percentual de alocação de 45%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 116.415.512.
- Em 2018, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 11.991/m². Considerando o percentual de alocação de 45%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 107.617.925,30.
- Em 2019, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 12.252/m². Considerando o percentual de alocação de 36%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 88.341.686,91.
- De acordo com a hierarquia de inputs, o imóvel foi classificado como nível 2, visto que teve comparação com outros imóveis similares no mercado.

16. Imobilizado (consolidado)

	31/12/2018	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	31/12/2019
Prédios e instalações (i)	122.377.527	(1.570.118)	2.237.653	-	123.045.062
Máquinas e equipamentos	30.545.413	(5.994.102)	4.573.256	-	29.124.567
Móveis e utensílios	2.870.979	40.796	292.677	-	3.204.452
Outros	6.462.240	4.102.074	1.406.280	-	11.970.594
Custo	162.256.159	(3.421.350)	8.509.866	-	167.344.675
(-) Máq. equipamentos	(10.098.249)	-	-	(1.937.954)	(12.036.203)
(-) Móveis e utensílios	(1.453.874)	-	-	(286.638)	(1.740.512)
(-) Prédios e instalações	(15.989.319)	-	-	(2.447.079)	(18.436.398)
(-) Outros	(1.766.970)	-	-	(646.884)	(2.413.854)
(-) Depreciação	(29.308.412)	-	-	(5.318.555)	(34.626.967)
	132.947.747	(3.421.350)	8.509.866	(5.318.555)	132.717.708
	01/01/2018	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	31/12/2018
Prédios e instalações (i)	122.323.590	-	53.937	-	122.377.527
Máquinas e equipamentos	25.662.401	380.104	5.605.692	-	31.648.197
Móveis e utensílios	2.682.853	6.328	181.798	-	2.870.979
Outros	2.935.132	(804.143)	3.228.467	-	5.359.456
Custo	153.603.976	(417.711)	9.069.894	-	162.256.159
(-) Máq. equipamentos	(7.448.543)	-	-	(2.649.706)	(10.098.249)
(-) Móveis e utensílios	(1.203.138)	-	-	(250.736)	(1.453.874)
(-) Prédios e instalações	(13.773.581)	-	-	(2.215.738)	(15.989.319)
(-) Outros	(1.624.612)	-	-	(142.358)	(1.766.970)
(-) Depreciação	(24.049.874)	-	-	(5.258.538)	(29.308.412)
	129.554.102	(417.711)	9.069.894	(5.258.538)	132.947.747

(i) Saldo correspondente a 55% do imóvel localizado a Avenida Presidente Vargas, 955 (mais detalhes veja nota explicativa 15).

17. Intangível (consolidado)

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>Transf.</u>	<u>Adições/baixas</u>	<u>Amortização/ Realização</u>	<u>31/12/2019</u>
Ágio (i)	74.754.304			(13.128.020)	61.626.284
Servidões e Softwares (ii)	1.811.463	1.833.944	930.765	(716.598)	3.859.574
	<u>76.565.767</u>	<u>1.833.944</u>	<u>930.765</u>	<u>(13.844.618)</u>	<u>65.485.858</u>

	<u>01/01/2018</u>	<u>Transf.</u>	<u>Adições/baixas</u>	<u>Amortização/ Realização</u>	<u>31/12/2018</u>
Ágio (i)	87.671.736			(12.917.432)	74.754.304
Servidões e Softwares (ii)	2.014.481	(81.768)	377.773	(499.023)	1.811.463
	<u>89.686.217</u>	<u>(81.768)</u>	<u>377.773</u>	<u>(13.416.455)</u>	<u>76.565.767</u>

(i) Valor refere-se a: 1) Crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E e SGBH-T, os quais foram incorporados na ETEE e ETIM respectivamente. O benefício é realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram. 2) Ágio que não é amortizado contabilmente, mas sujeito a avaliação anual para fins de impairment. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento. A companhia não identificou necessidade de registro de realização do ágio em 2019.

(ii) Os valores apresentados estão líquidos da amortização acumulada. As servidões são faixas de passagem da linha de transmissão legalmente instituída em favor das Companhias, para as quais se impõem restrições ao uso e ocupação do solo. A área que compõem a faixa de servidão continua sob o domínio do proprietário.

18. Fornecedores - terceiros (consolidado)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Fornecedores relacionados à construção	144.350.632	510.379.792	434.985.552
Gastos ambientais e fundiários	5.471.486	16.889.952	1.040.676
Prestadores de serviços	5.020.455	4.485.143	2.505.075
Outros	24.074.791	6.003.467	1.935.207
	<u>178.917.364</u>	<u>537.758.354</u>	<u>440.466.510</u>

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

19. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

a) Total da dívida

Empresa	Descrição	Moeda do contrato (iii)	Início	Venc.	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
ACTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	abr/13	jun/27	(i)	N/A	TJLP + 2,42%	-	19.850.487	22.043.263
ACTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	set/13	dez/22	(i)	N/A	2,50%	-	4.701.872	5.878.145
ACTE	BNDES - Subcrédito C	R\$	abr/13	jun/27	(i)	N/A	TJLP	-	86.312	95.835
Araraquara	BNDES	R\$	jan/11	ago/28	(i)	N/A	TJLP + 2,21%	-	57.420.013	62.952.179
Catxerê	BNDES	R\$	out/11	ago/28	(i)	N/A	TJLP + 2,21%	-	128.604.409	140.994.880
ETEE	Debêntures	R\$	mar/18	fev/21	Fidejussória	N/A	105% da Taxa DI	137.790.881	138.151.347	-
ETIM	SGID	US\$	dez/14	set/18	N/A	N/A	Libor + 2,55%	-	-	19.200.133
Iracema	Debêntures	R\$	dez/10	dez/35	(ii)	N/A	TR + 9,00%	-	111.666.896	114.649.559
Itatim	BNDES - Subcrédito A	R\$	dez/12	abr/27	(i)	N/A	TJLP + 2,74%	-	158.822.163	177.346.768
Itatim	BNDES - Subcrédito B	R\$	dez/12	out/22	(i)	N/A	2,50%	-	28.111.277	35.425.371
Itatim	BNDES - Subcrédito C	R\$	set/14	abr/27	(i)	N/A	TJLP	-	1.574.714	206.048
ITE	SGID	US\$	dez/14	set/20	N/A	N/A	Libor + 2,65%	91.298.775	175.560.224	224.781.082
LTMC	BNDES - Subcrédito A	R\$	ago/12	jan/27	(i)	(v)	TJLP + 2,58%	50.932.359	57.941.320	64.691.444
LTMC	BNDES - Subcrédito B	R\$	ago/12	jan/27	(i)	(v)	TJLP + 2,18%	15.616.369	17.765.471	19.834.865
LTMC	Debêntures	R\$	ago/12	abr/29	(iii)	N/A	IPCA + 8,75%	71.859.154	64.285.618	56.950.106
PCTE	SGID	US\$	nov/14	dez/28	N/A	N/A	Libor + 2,85%	175.171.175	193.857.529	184.300.908

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

PPTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	39234	jun/19	(i)	N/A	UMBNDDES + 3%	-	-	2.704.231
PPTE	BNDES - Subcrédito B + C	R\$	jun/07	jun/19	(i)	N/A	TJLP + 3%	-	-	7.334.931
PPTE	BNPP - Subcrédito A	R\$	jun/07	jun/19	(i)	N/A	UMBNDDES + 4,3%	-	-	2.443.176
PPTE	BNPP - Subcrédito B + C	R\$	jun/07	jun/19	(i)	N/A	TJLP + 4,3%	-	-	6.626.450
PPTE	Santander - Subcrédito A	R\$	jun/07	jun/19	N/A	N/A	UMBNDDES + 4,3%	-	-	2.443.176
PPTE	Santander - Subcrédito B + C	R\$	jun/07	jun/19	N/A	N/A	TJLP + 4,3%	-	39.713	6.626.450
PPTE	Debêntures	R\$	dez/21	fev/29	N/A	N/A	IPCA + 4,45%	113.505.664	-	-
RPTE	SGID	US\$	nov/14	set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	113.855.060	113.140.479	104.099.287
SGBH	SGID - Subcrédito D	US\$	nov/14	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2 %	1.577.462.772	1.517.042.835	1.293.954.587
SGBH	SGID - Subcrédito E	US\$	dez/14	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	457.104.576	439.529.013	375.101.282
SGBH	SGID - Subcrédito F	US\$	jun/15	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	271.793.446	261.343.052	227.729.698
SGBH	SGID - Subcrédito G	US\$	dez/15	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	161.333.715	155.130.472	135.177.940
SGBH	SGID - Subcrédito H	US\$	jun/16	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	93.657.826	90.056.705	78.473.815
SGBH	SGID - Subcrédito I	US\$	set/16	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	40.101.400	38.559.511	33.600.073
SGBH	SGID - Subcrédito J	US\$	dez/16	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	121.232.315	116.570.961	99.483.574
SGBH	SGID - Subcrédito K	US\$	jun/17	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	163.194.880	156.920.075	133.918.171
SGBH	SGID - Subcrédito L	US\$	dez/17	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	118.089.576	113.549.059	96.904.633
SGBH	SGID - Subcrédito M	US\$	jul/18	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	118.089.576	113.549.059	-
SGBH	SGID - Subcrédito N	US\$	set/18	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	11.698.160	11.248.369	-
SGBH	SGID - Subcrédito O	US\$	dez/18	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	100.736.364	96.863.075	-

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

SGBH	SGID - Subcrédito P	US\$	set/19	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706	100.736.374	-	-
SGBH	SGID - Subcrédito Q	US\$	dez/19	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706	104.556.879	-	-
SMTE	SGID	US\$	nov/14	set/23	N/A	N/A	Libor + 2,85%	251.720.903	306.399.180	316.487.994
SPTE	SGID	US\$	nov/14	set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	82.399.890	95.337.597	95.131.932
MRTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	abr/16	jul/30	(i)	(v)	TJLP + 2,28%	-	23.640.916	37.789.539
MRTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	abr/16	jul/30	(i)	(v)	TJLP + 1,88%	-	11.032.998	11.730.820
MRTE	BNDES - Subcrédito C	R\$	abr/16	jul/30	(i)	(v)	TJLP + 2,28%	-	9.879.423	-
MRTE	BNDES - Subcrédito D	R\$	abr/16	jul/30	(i)	(v)	TJLP + 1,88%	-	193.873	-
MRTE	BNDES - Subcrédito E	R\$	abr/16	jul/30	(i)	(v)	TJLP + 2,28%	-	2.692.394	-
MRTE	Debêntures	R\$	dez/16	jun/26	(iv)	N/A	IPCA+8,00%	16.571.283	16.045.799	16.026.834
XRTE	Debêntures	R\$	mai/17	dez/18	Fidejussória	N/A	105% da Taxa DI	-	-	578.492.519
XRTE	BNDES	R\$	nov/18	nov/42	(i)	(v)	IPCA+5,62%	4.811.050.858	3.608.475.878	-
CNTE	BNDES	R\$	out/18	jan/33	(i)	(v)	TJLP+1,93%	139.104.028	147.478.529	-
PRTE	BNDES	R\$	out/18	jan/34	(i)	(v)	TJLP+2,33%	630.325.044	580.084.322	-
								10.140.989.302	9.183.202.939	4.791.631.698
	Circulante -terceiros							332.613.889	84.507.322	668.811.031
	Circulante -partes relacionadas							224.992.129	220.325.669	213.058.876
	Não circulante - terceiros							5.654.141.752	5.104.038.420	704.475.558
	Não circulante - partes relacionadas							3.929.241.532	3.774.331.528	3.205.286.233

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

b) Garantias

- (i) **Garantias BNDES:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- (ii) **Garantia debêntures Iracema:** Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas; contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão; Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.
- (iii) **Garantia debêntures LTMC:** As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.
- (iv) **Garantia debêntures MRTE:** As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2017 no valor de 1 parcela do serviço da dívida considerando juros e amortização.

c) Covenants

(i) **Covenants CNTE, LTMC, e MRTE**

	<u>CNTE</u>	<u>LTMC</u>	<u>MRTE</u>
A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar:	Sim	Sim	Sim
ICSD requerido:	1,2 vezes	1,3 vezes	1,2 vezes
O índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2019:	Sim	Sim	Sim (*)
Índice de Capitalização Cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2019:	Sim	Sim	Sim

(*) O contrato de Financiamento prevê que a Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período, dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,2 vezes. Em 27 de dezembro de 2019, a MRTE pagou integral e antecipadamente sua dívida com o BNDES.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

d) Fluxos de pagamentos futuros da dívida:

	<u>Amortização</u>
2021	4.068.919.504
2022	721.205.539
2023	572.408.156
2024	527.987.422
2025-2042	3.692.862.663
	<u>9.583.383.284</u>

20. Impostos e contribuições sociais

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>		<u>01/01/2018</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u> (reapresentado)	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Circulante						
PIS	3.205.130	7.197.621	120.753	1.225.643	73.593	1.009.141
COFINS	14.906.617	33.609.511	728.616	5.779.320	414.363	4.819.119
IRPJ	19.150	88.873.422	19.150	64.113.340	19.150	58.565.182
INSS	297.672	9.333.440	262.630	10.246.801	298.677	12.714.540
CSLL	1.961.254	32.592.937	1.961.253	23.882.935	1.961.251	23.321.265
IR retido da fonte	94.782	2.326.084	95.215	3.447.037	81.237	3.920.905
Outros	1.954.428	10.465.873	1.955.418	17.415.764	1.775.846	16.805.246
	<u>22.439.033</u>	<u>184.398.888</u>	<u>5.143.035</u>	<u>126.110.840</u>	<u>4.624.117</u>	<u>121.155.398</u>

21. Taxas regulamentares (Consolidado)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	2.741.018	2.737.075	2.884.375
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	4.742.962	4.802.882	4.695.663
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	41.922.206	39.678.132	37.495.784
	<u>49.406.186</u>	<u>47.218.089</u>	<u>45.075.822</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 19 de julho de 2018, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

22. Partes relacionadas (Controladora)

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

22.1 Ativo

		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Contas a receber - partes relacionadas (i)	Nota	2.111.243.316	2.783.059.601	762.443.758
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)		1.382.055	1.039.564	1.563.387
Aluguéis a receber (ii)		4.935.048	5.408.752	5.192.847
Outros		22.206	22.091	9.874.145
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12	2.054.744.961	2.729.245.194	701.564.286
Contas a receber Luneng (iii)		50.159.046	47.344.000	44.249.093

22.2. Passivo

	Nota	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas		3.476.990.168	3.111.962.856	2.475.669.092
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)		37.202.311	1.600.669	1.325.320
Empréstimos a pagar - partes relacionadas		3.439.787.857	3.110.362.187	2.474.343.772

22.3. Resultado

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Resultado - partes relacionadas	(39.838.493)	(36.296.353)	(33.683.333)
Receita de aluguel (ii)	9.524.549	7.778.690	9.435.645
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(1.354.029)	(1.824.215)	775.468
Despesa de juros de empréstimo	(215.458.938)	(179.931.736)	(109.504.454)
Receita de juros de empréstimo	167.449.925	137.680.908	65.610.008

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldo refere-se a contas a receber de receita de aluguel para controladas, coligadas e outras empresas referente ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora (nota explicativa 15).
- (iii) Em 06 de fevereiro de 2014 a Companhia adquiriu a totalidade do Capital Social da Luneng Brasil Sports Center Ltda. (“Luneng Brasil”). Em 29 de agosto de 2014 a Companhia celebrou junto a Shan Dong Luneng Tai Shan Football Club Limited (“Luneng”) em acordo de custódia a transferência para a Luneng de todos os direitos e poderes para administração da Luneng Brasil. Em contrapartida a Luneng mantém a Companhia isenta de quaisquer variações que sejam observadas no patrimônio da Luneng Brasil. O acordo de custódia tem vigência de 3 anos contados a partir de junho de 2014. O contrato prevê renovação automática caso não ocorra manifestação expressa das partes com antecedência de 3 meses. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração não tomou conhecimento de nenhuma intenção de cancelamento do acordo assinado.

22.4. Garantias

A SGBH está como garantidora de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas em conjunto, como se segue:

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2019	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
MRTE (i)	Financiamento LP	15.000.000	15/12/2016	30/05/2021
PPTE (i)	Financiamento LP	112.000.000	11/02/2019	30/04/2022
PPTE (i)	Execução Fiscal	2.843.209	20/07/2016	20/07/2021
ETIM (i)	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	847.028	14/10/2016	14/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	5.664.115	27/04/2016	26/04/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	136.862	27/03/2019	08/03/2024
BMTE (ii)	Financiamento LP	279.710.000	17/03/2017	01/06/2020
BMTE (ii)	Financiamento LP	411.213.000	27/12/2018	27/12/2020
BMTE (ii)	Financiamento LP	35.037.000	13/07/2017	13/04/2021
BMTE (ii)	Financiamento LP	295.800.000	31/10/2017	01/07/2020
XRTE (i)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
XRTE (i)	Financiamento LP	3.608.475.878	21/11/2018	01/12/2021
Guaraciaba (ii)	Risco de construção	23.970.000	30/04/2018	30/04/2020
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	224.183.727	28/09/2016	31/12/2019
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	60.180.000	16/07/2018	31/12/2019
Matrinchá (ii)	Risco de construção	45.900.000	31/03/2018	30/09/2020
Paranaíba (ii)	Risco de construção	24.480.000	31/07/2018	27/01/2020
	Financiamento LP	147.478.528	16/10/2018	01/10/2020
Paranaíba (i)	Financiamento LP	580.084.321	16/10/2018	30/10/2021
ETEE (i)	Financiamento LP	135.000.000	08/02/2018	08/02/2021
PCTE (i)	Execução Fiscal	20.403	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	77.104	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	426.560	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	207.331	23/09/2016	23/09/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	333.005	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	849.840	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	85.397	18/07/2018	18/07/2023

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2018	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
MRTE (i)	Financiamento LP	51.646.451	13/10/2015	25/04/2019
MRTE (i)	Financiamento LP	15.000.000	15/12/2016	25/04/2019
PPTE (i)	Execução Fiscal	2.843.209	20/07/2016	20/07/2021
ETIM (i)	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	847.028	14/10/2016	14/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	5.664.115	27/04/2016	26/04/2021
BMTE (ii)	Financiamento LP	279.710.000	17/03/2017	22/03/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	411.213.000	27/12/2018	27/12/2020
BMTE (ii)	Financiamento LP	35.037.000	13/07/2017	13/07/2019
BMTE (ii)	Financiamento LP	295.800.000	31/10/2017	01/03/2020
XRTE (i)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
XRTE (i)	Financiamento CP	3.608.475.878	22/05/2017	20/05/2018
Guaraciaba (ii)	Risco de construção	23.970.000	31/12/2017	30/04/2018
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	224.183.727	28/09/2016	01/06/2018
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	60.180.000	16/07/2018	01/05/2020
Matrinchã (ii)	Risco de construção	45.900.000	31/12/2017	31/03/2018
Paranaíba (ii)	Risco de construção	24.480.000	26/09/2017	26/07/2018
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	308.077.740	21/10/2015	25/04/2019
Paranaíba (ii)	Financiamento LP	61.200.000	15/01/2017	25/04/2019
Canarana (i)	Financiamento LP	147.478.528	16/10/2018	01/10/2020
Paranaíba (i)	Risco de construção	160.109.400	23/06/2016	24/03/2022
Paranaíba (i)	Financiamento LP	580.084.321	16/10/2018	01/04/2021
ETEE (i)	Financiamento LP	135.000.000	08/02/2018	08/02/2021
PCTE (i)	Execução Fiscal	20.403	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	77.104	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	426.560	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	207.331	23/09/2016	23/09/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	333.005	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	849.840	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	85.397	18/07/2018	18/07/2023
SGBH (i)	Execução Fiscal	5.919	10/10/2018	10/10/2023

23. Impostos diferidos (consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
		(reapresentado)	(reapresentado)
Impostos diferidos ativos (i)	30.257.096	32.131.651	25.278.102
Impostos diferidos passivos (ii)	(3.735.063.023)	(3.207.189.146)	(2.096.807.130)
	(3.704.805.927)	(3.175.057.495)	(2.071.529.028)

- (i) Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre a adoção inicial do ativo financeiro da Companhia.
- (ii) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

24. Provisão para contingências

a) Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscal	-	3.092.346	-	2.121.317	-	16.966.269
Cível	-	4.431.780	-	4.028.737	-	2.500.132
Servidões	-	2.163.956	-	2.406.993	-	870.722
Ambiental	-	32.752.608	-	28.605.881	-	30.464.608
Trabalhista	702.239	1.781.765	589.816	1.627.568	297.070	1.288.345
	702.239	44.222.455	589.816	38.790.496	297.070	52.090.076

Reembolso de contingências

Por meio dos contratos de compra e vendas das controladas do Grupo que já estavam em operação (conforme apresentado na nota explicativa 3). Foram firmados contratos e seus respectivos aditamentos com as vendedoras. Elas se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Em 2019 o Departamento Jurídico da Companhia verificou que a probabilidade de perda de parte das causas que compunham esse valor mudou para "possível", não devendo mais figurar como contingência da empresa. Dessa forma, realizou-se a baixa da provisão e do valor do ativo.

Apresentamos a seguir os montantes de causas prováveis por controlada para as quais foram registrados montantes correspondentes a reembolsos na linha de outros ativos não circulantes:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Controladas			
ITE	2.148.971	2.097.111	168.250
SMTE	5.336.866	5.339.397	13.212.335
ETEE	103.950	103.950	5.214.215
Catxerê	2.341.273	2.341.273	3.070.722
PCTE	4.892.630	39.541	68.054
Araraquara	215	9.145	-
RPTE	833.544	79.525	-
SPTE	8.731	-	-
SGBH	850.102	814.966	-
	16.516.282	10.824.908	21.733.576

b) Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia e suas Controladas figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscal	22.678.315	85.635.939	22.127.313	80.362.707	-	53.296.467
Cível	9.554.477	18.095.346	8.494	4.303.383	-	2.114.846
Ambiental		4.652.108	-	6.882.047	-	3.828.786
Trabalhista	7.196.088	11.354.569	1.953.928	36.776.112	867.811	2.562.706
	39.428.880	119.737.962	24.089.735	128.324.249	867.811	61.802.805

25. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social era de R\$ 7.636.287.097 (sete bilhões, seiscentos e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil e noventa e sete reais), dividido em 7.636.287.097 (sete bilhões, seiscentos e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil e noventa e sete) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

Em 2018 foram subscritas 2.150.916.654 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$ 2.150.916.654, integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional é de R\$ 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil e setecentos e cinquenta e um reais), dividido em 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil e setecentos e cinquenta e um) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
International Grid Holdings Limited	99,9999%
Top View Grid Investment Limited	0,0001%
	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Lucro líquido do exercício	1.196.419.487	904.743.897	409.782.343
Resultado decorrente da incorporação reversa	-	-	1.380.270
Reserva legal (5%)	<u>(59.820.974)</u>	<u>(45.237.196)</u>	<u>(20.558.131)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>1.136.598.513</u>	<u>859.506.701</u>	<u>390.604.482</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	<u>11.365.985</u>	<u>8.595.067</u>	<u>3.906.045</u>

26. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receita operacional bruta	9.524.549	4.746.246.209	7.778.690	8.879.050.560
Receita de operação e manutenção	-	356.593.943	-	226.788.470
Remuneração dos ativos de contrato	-	2.571.553.015	-	1.850.370.874
Receita de construção	-	1.772.642.263	-	6.777.769.899
Receita de aluguel	9.524.549	5.768.351	7.778.690	6.624.461
Outras receitas	-	39.688.637	-	17.496.856
Deduções da receita operacional	(881.021)	(476.418.772)	(720.612)	(856.756.630)
PIS/COFINS (corrente)	(881.021)	(162.687.861)	(720.612)	(72.547.452)
PIS/COFINS (diferido)	-	(246.094.779)	-	(712.532.711)
RGR	-	(30.445.085)	-	(29.083.520)
P&D	-	(18.111.860)	-	(9.872.710)
CDE	-	(11.472.348)	-	(22.872.602)
TFSEE	-	(4.947.873)	-	(3.812.303)
Proinfa	-	(2.658.966)	-	(6.035.332)
	<u>8.643.528</u>	<u>4.269.827.437</u>	<u>7.058.078</u>	<u>8.022.293.930</u>

27. Custo da operação

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Pessoal	(1.510.291)	(111.973.798)	(1.726.830)	(70.590.972)
Material	(39.096)	(11.064.055)	(57.648)	(3.670.428)
Serviços de terceiros	(1.372.469)	(29.457.972)	(1.481.207)	(21.588.795)
Depreciação	(500.218)	246.526	(2.000.872)	(1.488.427)
Custo de construção	-	(1.727.348.530)	-	(5.711.093.752)
Custo de operação e manutenção	-	(26.854.828)	-	(10.108.398)
Outros	(1.518.865)	(26.018.722)	(1.336.993)	(22.000.517)
	<u>(4.940.939)</u>	<u>(1.932.471.379)</u>	<u>(6.603.550)</u>	<u>(5.840.541.289)</u>

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

28. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(7.214.738)	(94.829.250)	(7.327.349)	(84.917.833)
Serviços de terceiros	(5.049.042)	(21.162.792)	(9.188.378)	(23.543.691)
Arrendamentos e aluguéis	(43.335)	(1.454.848)	(78.282)	(925.359)
Provisão	(290.017)	(1.583.291)	(799.110)	(425.937)
Tributos	(130.081)	(566.394)	(274.716)	(610.199)
Depreciação e amortização	(4.698.370)	(5.847.024)	(3.120.101)	(3.677.399)
Gastos diversos	(6.805.966)	(15.096.217)	(5.943.821)	(13.016.302)
Outros	(988.060)	9.987.548	(697.154)	(5.015.997)
	(25.219.609)	(130.552.268)	(27.428.911)	(132.132.717)

29. Outras receitas/(despesas) operacionais

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rendas da prestação de serviços	217.753	25.410.975	115.793	35.450.739
Demais receitas e rendas	-	2.826.560	1.287.192	3.519.555
Tributos sobre receitas	(23.941)	(3.889.109)	(129.776)	(4.628.429)
Pessoal	(486.634)	(7.456.650)	(494.233)	(9.921.166)
Depreciação e amortização	-	(1.644.840)	-	(2.311.504)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-	(915.396)
Outros (i)	-	(9.372.031)	-	(4.505.867)
	(292.822)	5.874.905	778.976	16.687.932

- (i) Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) referentes as controladas.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

30. Resultado financeiro

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita financeira	989.281.202	1.012.524.104	619.824.483	800.615.753
Receitas de aplicações financeiras	34.805.307	114.190.479	12.243.342	80.822.604
Juros sobre empréstimos	167.449.925	78.399.890	137.680.908	71.175.088
Varição cambial	622.800.445	840.613.278	473.781.096	649.584.579
Outras	3.210.728	12.099.328	3.241.432	9.154.093
Juros sobre capital próprio	187.954.781	-	-	-
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(26.939.984)	(32.778.871)	(7.122.295)	(10.120.611)
Despesa financeira	(1.167.149.325)	(1.808.975.390)	(1.113.332.215)	(1.838.803.354)
Varições cambial	(753.139.091)	(964.790.727)	(905.129.698)	(1.246.002.140)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - terceiros	-	(518.670.711)	-	(261.117.155)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(215.458.938)	(277.959.831)	(179.931.736)	(162.630.727)
IOF e comissões sobre empréstimos	(10.279.797)	(33.937.294)	(25.496.568)	(126.807.680)
Reversão de juros sobre capital próprio	(187.954.781)	-	-	-
Multas e juros	(148.686)	(3.812.671)	(224.570)	(3.224.141)
Outras	(168.032)	(9.804.156)	(2.549.643)	(39.021.511)
	(177.868.123)	(796.451.286)	(493.507.732)	(1.038.187.601)

31. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	31/12/2019	31/12/2018
	Controladora	Controladora Reapresentado
Lucro antes do IR e CS	1.197.931.257	906.255.667
Alíquota nominal	(407.272.627)	(308.102.927)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições/exclusões não dedutíveis	405.760.857	306.591.157
Imposto de renda e contribuição social	(1.511.770)	(1.511.770)

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real:

	31/12/2019	31/12/2018
	Consolidado	Consolidado Reapresentado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.504.474.831	1.386.962.832
Alíquota nominal	(511.497.443)	(471.555.363)
Adições e exclusões não dedutíveis	(8.384.336)	(85.226.408)
Varição Cambial	342.942.794	(154.065.285)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	4.539.136	3.343.938
Juros Dedutíveis	3.215.653	(11.378.120)
Equivalência Patrimonial	77.368.249	143.090.967
Outros	(339.016.350)	46.573.904
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(430.832.297)	(529.216.367)

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
		<u>Reapresentado</u>
Receitas brutas	375.296.085	364.888.669
Base de cálculo (8%)	30.023.687	29.191.094
Outras receitas	26.694.341	9.948.667
Base de cálculo	56.718.028	39.139.761
IR devido	(14.045.221)	(9.200.906)
(+) IR diferido / Outros	3.357.109	(1.020.857)
Total de IRPJ	(10.688.112)	(10.221.763)
Base de cálculo (12%)	45.035.530	43.786.641
Outras receitas	26.694.341	9.948.668
Base de cálculo	71.729.871	53.735.309
CSLL devida	(6.484.538)	(4.242.757)
(+) CSLL diferido/ Outros	643.352	(551.260)
Total de CSLL	(5.841.186)	(4.794.017)
Total de IRPJ/CSLL	(16.529.298)	(15.015.780)

32. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

32.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Nota	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	8	622.038.949	1.227.143.728	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907
Títulos e valores mobiliários	9	-	105.407.044	-	46.552.332	-	54.520.955
		<u>622.038.949</u>	<u>1.332.550.772</u>	<u>29.067.942</u>	<u>1.616.647.332</u>	<u>376.213.445</u>	<u>931.245.862</u>

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Ativos mensurados pelo custo amortizado		31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	6.339.308	4.998.323	6.470.407	5.503.145	16.630.379	5.635.552
Concessionárias e permissionárias	10	-	307.635.301	-	112.265.555	-	114.724.833
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12	2.054.744.961	851.139.264	2.729.245.194	772.739.374	701.564.286	701.564.286
		2.061.084.269	1.163.772.888	2.735.715.601	890.508.074	718.194.665	821.924.671
Passivos mensurados pelo Custo amortizado		31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fornecedores - terceiros	18	1.300.366	178.917.364	620.377	537.758.354	158.355	440.466.510
Fornecedores - partes relacionadas	22.2	37.202.311	10.447	1.600.669	-	1.325.320	-
Empréstimos e financiamentos - terceiros	19	-	5.986.755.641	-	5.188.545.742	-	1.373.286.589
Empréstimos - partes relacionadas	19	3.439.787.857	4.154.233.661	3.110.362.187	3.994.657.197	2.474.343.772	3.418.345.109
		3.478.290.534	10.319.917.113	3.112.583.233	9.720.961.293	2.475.827.447	5.232.098.208

32.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia e de algumas de suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. O Grupo faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os principais empréstimos do Grupo em dólar são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2018. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2019</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	3.432.146.495,14	-163.435.547,39	171.607.324,76

d) Risco de crédito

Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente junto à ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos.

e) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

33. Gestão do capital

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

State Grid Brazil Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

34. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a cobertura de seguros da Companhia e suas controladas contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

Natureza	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	10.000.000	50.000.000	-	9.424.216
Seguro patrimonial	163.976.000	7.975.635.863	150.000.000	2.230.318.516
Veículos	-	14.611.855	-	7.507.595
Transporte	-	600.000	-	600.000
	173.976.000	8.040.847.718	150.000.000	2.247.850.327

35. Eventos subsequentes

Em 03 de janeiro de 2020 a Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") recebeu R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais) referente a sua 6ª emissão debêntures, operação essa privada, firmada junto à sua controladora (SGBH), com vencimento em 31 de dezembro de 2020.